



ACÓRDÃO Nº 83/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11577/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Produção Rural – SEPROR.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Jose Aparecido dos Santos (Ordenador de Despesa), Alexandre Henrique Freitas de Araújo (Ordenador de Despesa), Airton Jose Schneider (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8005/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR. Exercício de 2018.

Irregularidade. Regularidade. Multa. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do **Sr. Jose Aparecido dos Santos**, ex- Secretário de Estado, período de 01/01 a 08/10/18 e 05/11 a 31/12/18, responsável pela **Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR**, período de no curso do exercício de 2018 e do **Sr. Alexandre Henrique Freitas de Araújo**, ex - Secretário Executivo, período de 01/02 a 28/12/18, com fundamento no art. 1.º, inciso II e art. 22, inciso III, alínea “b” da Lei nº 2.423/96, c/c art. 5º, inciso II e art. 188, § 1º, inciso III, “b”, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM;

10.2. Julgar regular a Prestação de Contas do **Sr. Airton Jose Schneider**, ex - Secretário Executivo, período de 01/01 a 01/02/2018, com



ACÓRDÃO Nº 83/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

fundamento no art. 22, inciso I, da Lei nº 2.423/96, visto que durante a inspeção não se constatou impropriedades durante sua gestão;

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Jose Aparecido dos Santos no valor de **R\$ 15.000,00**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do artigo 308, VI, do Regimento Interno desta Corte de Contas, em face das impropriedades dos itens 13, 14 e 15 do Relatório acima.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Alexandre Henrique Freitas de Araújo no valor de **R\$ 15.000,00**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do artigo 308, VI, do Regimento Interno desta Corte de Contas, em face das impropriedades dos itens 13, 14 e 15 do Relatório acima.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.5. Notificar o Sr. Jose Aparecido dos Santos e demais interessados para que tomem ciência.

11- Ata: 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Fevereiro de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).



ACÓRDÃO Nº 83/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral, em substituição